

---

## RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 537/2018/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 11 de julho de 2017, vem dentro do prazo legal, e com fulcro na legislação vigente, especialmente Decreto Estadual nº 840, de 10 de fevereiro de 2017, o questionamento da empresa **Floram Engenharia e Meio Ambiente LTDA, Floram Engenharia e Meio Ambiente LTDA**, relativo ao edital da Concorrência Pública nº 001/2018/SEMA, cujo objeto é a Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS (Abrangência: Todo o Estado de Mato Grosso), realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, conforme segue:

A empresa Floram encaminhou o seguinte questionamento, a Comissão de Licitação:

*"Com referência à impugnação do edital 001/2018 apresentada pela Floram, por meio da **DIR-CR-056/2018**, informamos que as repostas apresentadas pela Comissão de Licitação não abarcaram todas as dúvidas apresentadas e que motivaram nosso pedido. Parece-nos que o item 5 – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO da referida Carta, contendo o detalhamento sobre cada uma das nossas dúvidas não foi perfeitamente entendido pela Comissão de Licitação, o que prejudicou o entendimento e resposta das dúvidas e pedido de esclarecimentos apresentados.*

*Neste sentido, reapresentamos nossas dúvidas destacando os comentários já realizados no nosso pedido de impugnação e procurando apresentar novos esclarecimentos para subsidiar a discussão de como elas poderão ser resolvidas e apresentadas pelo Edital revisado a ser divulgado.*

**1. REFERENTE AO PRAZO DE VALIDADE DE DOCUMENTOS (Item 2.1 - DIR-CR-056/2018)**

*Este item foi respondido da seguinte forma pela Comissão de Licitação: "Quanto a divergência de prazo de validade dos documentos de habilitação, a CPL informa que os mesmos serão devidamente padronizados na retificação do edital".*

*Consideramos respondida esta questão e sugerimos que o texto do subitem 4.6 do edital seja o correto.*

**2. REFERENTE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Item 2.2 - DIR-CR-056/2018)**

*Este item foi respondido da seguinte forma pela Comissão de Licitação: "Quanto a divergência referente a qualificação econômica e financeira, a CPL informa que os mesmos serão devidamente padronizados na retificação do edital".*

*Consideramos respondida esta questão e sugerimos que o texto do subitem 1.5.4 - Anexo I-A do edital seja o correto.*

**3. REFERENTE A PROPOSTA TÉCNICA (Item 2.3 - DIR-CR-056/2018) - REFERENTE A NOTA DE PREÇOS**

*A fórmula de cálculo da **NOTA DE PREÇOS** praticamente transforma o critério de julgamento de "técnica e preço", previsto no preâmbulo do edital, para "**MELHOR TÉCNICA**".*

sendo, portanto, incompatível com o princípio do julgamento objetivo da proposta (art. 3º, da Lei nº 8.666/1993).

Considerando  $NP=(M/P) \times 100$ , sendo "M" a média da soma entre o valor orçado pela SEMA e a média aritmética dos preços totais propostos por todos os licitantes classificados. Ao dividir "M" por "P" (Preço Total proposto pelo Licitante em análise), o valor de "NP" facilmente será maior que 1,0 (um). Basta, para tal fato ocorrer, que o valor de "P" seja inferior ao de "M" e assim o valor de "NP" ficará limitado a 1,00 (um), conforme determina o subitem 7.8.2.

Neste sentido, qualquer licitante que tenha ofertado um preço total que seja igual ou inferior ao valor do preço médio ofertado por todos os licitantes, ou até um pouco superior a esta média, terá  $NP=1,00$ , anulando o efeito de oferta de preços mais baixos pelos licitantes, privilegiando até certo ponto as propostas de preços mais altos. Só ficaria com NP inferior a 1,00 as propostas cujos preços fossem bem próximos ao máximo estabelecido pela SEMA/MT, considerando haver descontos de preços nas propostas dos demais licitantes.

Tornando-se as Notas de Preço da maioria das licitantes iguais a 1,00 estaria anulado o efeito de melhor preço da licitação para equilibrar a nota técnica obtida pela licitante. Ou seja, a Nota de Preço, neste contexto, passaria a ser insignificante no cálculo da Nota Final.

Seria então consagrado **VENCEDOR o Licitante que obtivesse MAIOR NOTA TÉCNICA**, devido ao critério de obtenção da Nota Final obedecendo a proporcionalidade de 70% atribuído a Nota técnica e 30% à nota de Preços, conforme subitem 10.1 do edital. **Qualquer desconto que for ofertado por qualquer dos demais licitantes que não tiverem obtido a maior nota técnica, não seria suficiente para mudar a classificação da Nota Final da licitante que obteve melhor nota técnica, que seria declarada vencedora, pois as notas de preços seriam todas iguais a 1,00 (um).**

Nestes termos é preciso corrigir a fórmula para estabelecer a **NOTA DE PREÇOS** para uma que preserve o equilíbrio necessário e obrigatório na ponderação da **NOTA TÉCNICA** e a **NOTA DE PREÇOS**, para que restabeleça as diretrizes de uma licitação do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, sob risco da Contratante cometer uma ilegalidade ao promover distorção nos critérios de julgamento das propostas e na classificação final das mesmas.

Adicionamos em anexo, um exemplo de aplicação da referida fórmula de Nota de Preços que foi aplicada recentemente pelo edital 050 da SUPEL.

Como se verifica, a FLORAM sagrou-se vencedora do certame por ter obtido maior Nota Técnica. No entanto, caso a fórmula de preços fosse diferente, o vencedor do certame poderia ter sido outra empresa que tivesse oferecido preço mais baixo, visto que as diferenças de Nota Técnica das duas empresas foram extremamente pequenas.

Pela nossa experiência em licitações públicas, uma das fórmulas que melhor avalia e permite classificação justa das propostas de preços é a utilizada pela CODEVASF, CHESF e outras empresas públicas, a qual apresentamos a seguir e sugerimos avaliação pela Comissão de Licitação.

### **Nota Financeira UTILIZADA PELA CODEVASF**

$$Nf = 100. \left( \frac{Pm}{Po} \right)$$

Onde:

Nf = Nota financeira obtida pela licitante;

Po = Preço ofertado pela licitante;

Pm = Preço mínimo ofertado por todas as licitantes habilitadas

---

*Modelo utilizado pela CHESF*

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF  
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTO - SES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES - DESC

Seção II

técnico (It) pelo fator de ponderação técnica (Fpt), indicado no item 6.1 da Especificação Técnica, ou seja, 6,00:

$$Vtp = It \times Fpt$$

6.1.2 Para proposta preço:

6.1.2.1 Aplicado o Critério de Aceitabilidade dos Preços definido no item 7.0 da Seção II das Instruções às Proponentes, será determinado o Índice de preço (Ip), obtido mediante a divisão do menor preço proposto (Mpp), pelo preço da proposta em exame (Ppe):

$$Ip = \frac{Mpp}{Ppe}$$

6.1.2.2 Obtido o índice de preço da proposta será determinado o Valor comercial da proposta (Vcp) através da multiplicação do índice de preço (Ip), pelo fator de ponderação comercial (Fpc), indicado no item 6.1 da Especificação Técnica, ou seja 4,00:

$$Vcp = Ip \times Fpc$$

6.2 A classificação das propostas se dará pelo Valor de Avaliação (A), obtido através do somatório do valor técnico da proposta (Vtp) e o valor comercial (Vcp).

$$A = Vtp + Vcp$$

6.2.1 Obtido o valor de avaliação das propostas, estarão Pré-qualificadas - Ppq as propostas cuja avaliação (A) não se distancie em mais de 6% (seis por cento) da maior delas, como seja:

$$A \geq 0,94 MA, \text{ sendo } MA = \text{maior valor de avaliação}$$

6.2.2 Serão consideradas Propostas Equivalentes - PE as propostas pré-qualificadas cujos preços não superem 12% (doze por cento) do menor entre elas.

$$PE \leq 1,12 Ppq, \text{ sendo } Ppq = \text{menor preço das propostas Pré-qualificadas}$$

6.3 Será vencedora da licitação a proponente cuja proposta obteve o Maior Valor de Avaliação dentre as propostas pré-qualificadas e equivalentes.

#### **4. REFERENTE A COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**

Sobre a COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA o edital determina que será composta por um Coordenador Geral e 8 (oito) especialistas. No entanto, o subitem 14.1.15 "c" do Edital também estabelece que "Um mesmo profissional poderá ser indicado para efetuar simultaneamente a coordenação e elaboração de projetos ou para elaborar mais de um projeto".

É necessário melhor esclarecimento e definição desta possibilidade, pois como está redigido o texto entende-se que o coordenador poderá exercer também a função de um ou mais especialistas, assim como um especialista poderá substituir ou atuar em mais de uma especialidade, não sendo apontada a limitação para tal substituição.

Assim sendo, uma empresa que tenha em seu quadro um profissional formado em Engenharia Ambiental e Sanitária, com ampla experiência na área de saneamento e resíduos sólidos, para ser o Coordenador Geral, poderia também ser apresentado para pontuar em três especialidades, quais sejam Especialista Setorial Engenharia I, Especialista Setorial Engenharia II e ainda Especialista Setorial Meio Ambiente. Também, em não sendo o

---

*Coordenador, atuar nas três especialidades mencionadas.*

*Vejam que as exigências de comprovação destes quatro profissionais são plenamente compatíveis para um profissional Engenheiro Ambiental e Sanitária que tenha muitos anos de atuação na área de saneamento básico e meio ambiente, especialmente com resíduos sólidos.*

*Desta forma, se o edital não for bem claro sobre quantas funções os profissionais poderão exercer, fica estabelecido critério que interfere significativamente na formulação da proposta de preços e na composição da equipe técnica das Licitantes, pois menos profissionais fariam parte da equipe e menos documentos a Licitante deveria providenciar para a comprovação de experiência dos profissionais da equipe que apresentar. Por outro lado, isto refletiria também na segurança da equipe apresentada, pois um mesmo profissional estaria se comprometendo em realizar serviços de muitos outros profissionais o que poderia comprometer a qualidade de execução dos serviços.*

*Vale mencionar também, que não há definição clara do profissional para a função de Especialista Setorial Jurídico, sendo que em alguns itens do edital somente é mencionado ESPECIALISTA SETORIAL JURÍDICO e em outros é acrescentada a palavra ADVOGADO. Ora, entendemos que o profissional BACHAREL EM DIREITO ou outro profissional de meio ambiente com ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL teria habilitação técnica e legal necessárias para exercer esta função na elaboração do PEGIRS, não havendo função específica a ser exercida por um advogado nestes estudos.*

**5. REFERENTE A COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL (Item 2.5 - DIR-CR-056/2018)**

*A Carta DIR-CR-056/2018 apresenta em detalhe os itens onde existem conflitos de informações no que se refere a apresentação de documentos de comprovação de capacidade técnica do coordenador, sem que a maior dúvida se refere a qual documento deverá ser apresentado.*

*No entanto, pela resposta encaminhada ao questionamento realizado por outra empresa, a Comissão de Licitação informou que para a equipe técnica basta a apresentação de atestados e que a ART deveria ser apresentada pela empresa vencedora apenas 15 dias após a assinatura do contrato, enquanto para o coordenador deveria ser apresentado o Atestado acompanhado da ART junto da proposta técnica.*

*Sobre esta questão solicitamos que seja corrigido o texto do edital em todos os locais onde existem conflitos de informação quanto a apresentação de CAT, Atestados e ART, conforme detalhamos na nossa correspondência anterior.*

*No entanto, gostaríamos de expor que a apresentação e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) não faz sentido, pois a mesma se refere a um documento preenchido tão somente pelo profissional, sem qualquer atuação da empresa contratante dos serviços ou do conselho de classe. Neste sentido, a ART nada mais é do que uma autodeclaração de execução de serviços, cuja finalidade é tão somente informar ao Conselho de Classe que o profissional é o responsável técnico por determinado serviço, não tendo vínculo ou servindo de prova que tal serviço foi ou não executado e se o contratante atesta a execução do mesmo. Neste sentido, a ART é um documento que não pode ser utilizado como comprovante de execução de serviços.*

*Verifica-se que a LEI 8.666/93 não estabelece que a comprovação de capacidade técnica seja feita por meio de ART, mas de atestado registrados no Conselho profissional. A prova de registro dos atestados é a apresentação de CAT referente ao atestado e não de ART.*

*Sendo assim, como o edital exige um número muito grande de atestados, para não haver restrição à competição, poderia ser exigido apenas a apresentação e ATESTADO de capacidade técnica para as experiências exigidas e que pelo menos um deles tenha sido*

registrado no Conselho profissional competente e deveria vir acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT).

Desta forma sugerimos, para fins de comprovação de capacidade técnica-profissional:

**COORDENADOR GERAL:**

Profissional de nível superior, com experiência em coordenação de equipe multidisciplinar e na execução de estudos e planos na temática Resíduos Sólidos. Comprovada mediante a apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

**PROFISSIONAIS ESPECIALISTAS SETORIAIS**

Profissional de nível superior para cada uma das funções de **ESPECIALISTA SETORIAL**, com experiência comprovada mediante a apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA nas diferentes atividades requeridas diferentes funções

Pelo menos um dos atestados de capacidade técnica apresentados deverá vir acompanhada da correspondente CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) emitida pelo Conselho Profissional competente, exceto quando as profissões não forem regulamentadas por Conselhos ou que os mesmos não emitam a CAT, e, neste caso, deverão apresentar os respectivos Diplomas emitidos por Instituição reconhecida pelo MEC

**6. REFERENTE A QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA (Item 2.6 - DIR-CR-056/2018)**

Art. 30 - I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, ....., detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação**, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º **As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo**, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório;

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

A legislação prevê que deve-se exigir a capacitação técnico-profissional apenas das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da obra ou serviço licitado, a serem expressamente indicadas no edital.

No entanto, o edital não define quais são "**as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo**", conforme exigido pelo artigo 30, inciso I e § 2º da Lei 8.666/93 e isto deve ser corrigido sob pena de ilegalidade. Para fazer esta correção, o edital deve indicar quais as atividades devem ser caracterizadas de maior relevância técnica para o objeto e consequentemente para qual a respectiva aptidão será exigida.

O Acórdão nº 534/2011 – Plenário do TCU:

"Devem ser definidos, previamente, para efeito da comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, os itens de serviços ou da obra que atendam, simultaneamente, os requisitos de relevância técnica e significância econômica".

- Não poderão também ser estabelecidas exigências excessivas ou inadequadas, conforme já pacificado pelo TCU: "O edital de licitação somente poderá exigir

*qualificações técnicas e econômicas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento da obrigação. (TC 008.109/2008-3 – Plenário)". Por outro lado, "é ilegal a exigência de comprovação de capacitação técnico-profissional e técnico-operacional relativamente à execução de serviços de pequena representatividade no cômputo do valor global do objeto licitado (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e Súmula TCU 263)".*

*Nesse aspecto, também é importante destacar recente julgamento da Corte de Contas, que julgou procedente representação apresentada em face de uma concorrência em que a comprovação de capacidade técnico-profissional referia-se à parcela de pequena relevância para a execução do objeto:*

***Exigências restritivas ao caráter competitivo da licitação: 2 - Comprovação da qualificação técnico-profissional em relação a parcelas pouco relevantes do objeto licitado***

*Outra suposta irregularidade identificada no edital da Concorrência n.º 34/2009, promovida pela Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas (Seinfra/AL), tendo por objeto a execução de obras e serviços de ampliação do sistema de abastecimento de água de Maceió/AL, foi a exigência da apresentação de atestado, com nome do responsável técnico, para serviços de fornecimento e montagem de subestação elétrica. Conforme a unidade técnica, "a construção das três subestações elétricas é relevante para o funcionamento da obra, porém indiscutível, também, se tratar de valor inexpressível perante o total da obra [...]. Logo, as justificativas apresentadas pela Seinfra/AL estão defasadas perante a jurisprudência do TCU", para o qual as exigências de comprovação da capacitação técnico-profissional devem ficar restritas às parcelas do objeto licitado que sejam cumulativamente, de maior relevância técnica e de valor significativo, e que devem estar previamente definidas no instrumento convocatório, como impõe o inciso I do § 1º do art. 30 da Lei n.º 8.666/93. Segundo o relator, isso não se verificou no caso em tela, porquanto, além de não haver qualquer indicação de parcelas técnica ou materialmente relevantes no edital do certame, a exigência de qualificação "dizia respeito a uma fração correspondente a pouco mais de 0.09% do valor total do objeto licitado". Ao final, o relator propôs e o Plenário decidiu considerar procedente a representação. Precedentes citados: Acórdãos n.ºs 167/2001 e 1.332/2006, ambos do Plenário. Acórdão n.º 1328/2010-Plenário, TC-000.051/2010-1, rel. Min. Aroldo Cedraz, 09.06.2010.*

*Neste sentido, há necessidade de ser revisto o texto do edital e a quantidade de exigências para comprovação de experiências de capacidade técnico-profissional que foi solicitado, visto que algumas delas não atendem o que determina a Lei 8.666/93 em termos de relevância e similaridade ao objeto licitado.*

*Assim, no que se refere ao quantitativo de experiências a serem comprovadas por meio de atestados, o quadro a seguir resume o que é exigido pelo edital.*

<b><i>Função</i></b>	<b><i>Número de experiências</i></b>	<b><i>Número de atestados</i></b>
<i>Coordenador Geral</i>	6	10
<i>Especialidade Setorial – Engenharia I</i>	6	7
<i>Especialidade Setorial – Engenharia II</i>	5	6

Especialidade Setorial – Meio Ambiente	5	6
Especialidade Setorial – Comunicação e Mobilização Social	5	5
Especialidade Setorial – Analista de Sistemas	3	3
Especialidade Setorial – Socioeconômico	3	3
Especialidade Setorial – Planejamento Urbano	3	3
Especialidade Setorial – Jurídico	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>46</b>

Verifica-se então que ocorreu exagero nas exigências de comprovação de experiências, fugindo da razoabilidade e objetividade que deve nortear as exigências de qualificação técnico- profissional nas licitações públicas. A exigência excessiva de comprovações de qualificação técnico profissional é ilegal, como pode ser comprovado pela análise da jurisprudência do TCU, conforme itens apontados a seguir encontrados no site do TCU ou em [https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/12/\\*KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-21922/DTRELEVANCIA%2520desc/false/1](https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/12/*KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-21922/DTRELEVANCIA%2520desc/false/1)

- As exigências de capacidade técnica têm fundamento constitucional e não configuram, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo do certame, porém, devem ser sempre fundamentadas tecnicamente, de forma a demonstrar inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.
- No caso de se exigir atestados relativos a serviços específicos da obra, a instituição contratante deve se certificar de que se trata de encargo materialmente relevante, com particularidade técnica ou executiva que o torne distinto do usualmente existente em outras obras de mesmo porte e tipologia.
- Não se deve incluir item sem relevância ou sem valor significativo entre aqueles que serão utilizados para a comprovação de execução anterior de quantitativos mínimos.
- A habilitação técnico-operacional só pode ser exigida de licitantes para demonstração da capacidade de execução de parcelas do objeto a ser contratado que sejam, cumulativamente, de maior relevância e de maior valor.
- É ilegal a exigência de comprovação de experiência anterior, para fins de qualificação técnico-operacional, em prestação de serviços que não são, simultaneamente, de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.
- Ao inserir nos editais de licitação exigência de comprovação de capacidade técnica, como critério de pontuação ou como requisito indispensável à habilitação de licitantes, a Administração deve consignar expressa e publicamente os motivos dessa exigência e demonstrar, tecnicamente, que os parâmetros fixados são adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado.
- A Administração, para efeito de qualificação técnica em certame licitatório, deve assegurar-se de que os quantitativos dos serviços considerados de maior relevância e valor significativo do objeto licitado não sejam excessivos e desarrazoados a ponto de limitarem o caráter competitivo do certame.
- As exigências relativas à qualificação técnica devem ser motivadas e se ater ao mínimo necessário à execução do objeto, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame.

Algumas experiências exigidas no edital não têm similaridade com o objeto licitado, enquanto outras são de parcelas sem relevância técnica ou valor significativo e mesmo com detalhes que servem apenas para restringir a competitividade dos licitantes, sendo destacados os seguintes itens:

a) Para o coordenador Geral

O item "C" e o item "E" da "Experiência na Função - Itens Características dos Serviços", conforme quadro específico, exigem as seguintes experiências:

C. Projeto Executivo de Ampliação ou Implantação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos...

E. Elaboração de Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente

A exigência no item "C" poderia se firmar em comprovação de "**Projetos de engenharia**", sem especificar o **projeto executivo** abrindo a possibilidade de comprovação de participação na equipe de Projetos Básicos, Projeto de Viabilidade etc, que comprovariam igualmente a experiência profissional, visto que o objeto licitado é elaboração de Plano de Resíduos Sólidos e não a elaboração de Projeto executivo.

Também é exigido no item "E" comprovação de execução de **Elaboração de Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente**, mas tal exigência é muito específica e trata-se de estudo que não é desenvolvido com este título em várias regiões do Brasil, por ser tratado por outros estudos que englobam este tema, tal como Plano Diretor Municipal e mesmo os Planos de Saneamento e PIGIRS dos municípios. Esta exigência deveria ser excluída, visto já estar sendo exigido experiência em Planos de Resíduos Sólidos, conforme item "A" que comprova a experiência em elaboração de estudos regionais ou municipais.

**b) Para o Especialidade Setorial – Engenharia I**

É exigido no item "A" a **Elaboração projetos e/ou operações** de armazenamento, logística de sistemas de coleta, transporte, transferência, tratamento e sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos,

Esta exigência, como foi apresentada, ficou muito restritiva ao se considerar tão somente a **Elaboração projetos e/ou operações**, enquanto nos demais itens (B ao F) as exigências similares envolvem a **Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área.....**

Deveria ser adotado o texto que foi colocado nos itens "B" ao "F" possibilitando aumento da competição, pois abrangeria um leque maior de experiências deste profissional.

Deveria também ser aceita para esta função de especialista, comprovação de itens com serviços similares ao objeto licitado, como prevê a Lei 8.666/93, na função de membro de equipe técnica, tais como:

"Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos".

"Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos".

Tais experiências somente foram requeridas para a função de Coordenador Geral, tornando-se um tratamento não isonômico entre os membros da equipe técnica para comprovação de suas experiências.

**c) Para o Especialidade Setorial – Engenharia II**

É exigido no item "B" **Elaboração de projeto de sistemas de drenagem urbano e rodoviário** e no item "C" a **Elaboração de projeto de estação de tratamento de efluentes sanitários**

Estas exigências ficaram muito restritiva, pois **não se tratam de serviços similares ao objeto licitado**, portanto é ilegal exigir experiência para as mesmas nesta licitação. O objeto licitado é um Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a comprovação de execução dos dois projetos mencionadas em nada se assemelha ao objeto licitado, sendo ilegal solicitar a comprovação dos mesmos.

Deveria também ser aceita para esta função de especialista, comprovação de itens com serviços similares ao objeto licitado, como prevê a Lei 8.666/93, na função de membro de equipe técnica, tais como:

"Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos".

"Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento



Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos".  
*Tais experiências somente foram requeridas para a função de Coordenador Geral, tornando-se um tratamento não isonômico entre os membros da equipe técnica para comprovação de suas experiências.*

**d) Para o Especialidade Setorial – Meio Ambiente**

*Não é aceito para comprovação de experiência a apresentação de atestados deste profissional na elaboração de Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nem de Planos de Saneamento, que são serviços similares ao objeto do edital.*

*Também não é apontada que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional de meio ambiente. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.*

**e) Para o Especialidade Setorial – Comunicação e Mobilização Social**

A exigências no item "C" de experiência em **Implantação de uma Cooperativa Catadores de Material Reciclável ou Reutilizável** é muito restritiva, pois não se trata de serviço similar ao objeto licitado, portanto é exigência ilegal. O objeto licitado é um Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a comprovação de implantação de cooperativa é completamente desarrazoada e ilegal pois em nada se assemelha ao objeto licitado.

*Da mesma forma, a comprovação de serviços em **Educação ambiental na área de gestão de resíduos sólidos** (subitem "E") é restritiva à competição, uma vez que as metodologias utilizadas na educação ambiental em outras áreas de meio ambiente são similares à utilizada em resíduos sólidos e deveria ser aceita para comprovação de experiência deste profissional. Deveria ser experiência em educação ambiental, sem se referir a uma área específica, pois tratam-se de serviços similares e deveriam ser aceitos.*

*Deveria também ser aceita para esta função de especialista, comprovação de itens com serviços similares ao objeto licitado, como prevê a Lei 8.666/93, na função de membro de equipe técnica, tais como:*

*"Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos".*

*"Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos".*

*Tais experiências somente foram requeridas para a função de Coordenador Geral, tornando-se um tratamento não isonômico entre os membros da equipe técnica para comprovação de suas experiências.*

**f) Para o Especialidade Setorial – Analista de Sistemas**

A exigências no item "A" de experiência em **Gestão de Projetos** não é compatível com a função e atividades a serem desenvolvidas para este profissional especialista requerida pelo edital. A comprovação de gestão de projetos e/ou coordenação de projetos deve ser uma experiência a ser comprovada pelo profissional indicado como coordenador Geral e se exigida para os demais membros da equipe torna-se restritiva à competição entre as licitantes.

*Deveria também ser aceita para esta função de especialista, comprovação de itens com serviços similares ao objeto licitado, como prevê a Lei 8.666/93, na função de membro de equipe técnica, tais como:*

*"Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos".*

*"Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos".*

*Tais experiências somente foram requeridas para a função de Coordenador Geral, tornando-se um tratamento não isonômico entre os membros da equipe técnica para comprovação de suas experiências.*

---

**g) Para o Especialidade Setorial – Socioeconômico**

A exigências no item “B” de experiência em “Implantação de processos de otimização da gestão de empresas de serviços públicos” é considerada como restritiva, pois não se trata de *serviço similar ao objeto licitado, portanto é ilegal exigir experiência para as mesmas nesta licitação. O objeto licitado é um Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a comprovação de execução do serviço acima mencionado não se assemelha ao objeto licitado, sendo ilegal sua solicitação para comprovação.*

*Deveria também ser aceita para esta função de especialista, comprovação de itens com serviços similares ao objeto licitado, como prevê a Lei 8.666/93, na função de membro de equipe técnica, tais como:*

*“Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”.*

*“Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos”.*

*Tais experiências somente foram requeridas para a função de Coordenador Geral, tornando-se um tratamento não isonômico entre os membros da equipe técnica para comprovação de suas experiências.*

**h) Serviço de Especialidade Setorial – Planejamento Urbano e Serviço de Especialidade Setorial – Jurídico**

*Não foi indicado que será aceito para esta função de especialista, comprovação de itens com serviços similares ao objeto licitado, como prevê a Lei 8.666/93, na função de membro de equipe técnica, tais como:*

*“Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”.*

*“Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos”.*

*Tais experiências somente foram requeridas para a função de Coordenador Geral, tornando-se um tratamento não isonômico entre os membros da equipe técnica para comprovação de suas experiências.*

*Com base na explanação feita anteriormente referente às exigências de comprovação de experiência e de apresentação de atestados, bem como do tipo de experiência requerida para os profissionais da equipe técnica, é correto afirmar que as exigências editalícias são amplamente restritivas ao caráter competitivo, inclusive pela falta de definição sobre as parcelas de maior relevância do objeto licitado, gerando ilegalidades que obrigatoriamente necessitam ser corrigidas.*

*Não há razoabilidade em ser exigido uma lista tão grande de experiência, demandando um número excessivo de atestados a serem apresentados. Isto gera restrição severa à participação das empresas e é ilegal.*

*Sendo assim, há necessidade de rever todo o e=texto do edital, corrigindo as inconsistências, conflitos e omissões ali existentes, bem como expurgar exigências excessivas e sem nexo com o objeto licitado, visto que elas são excedentes aos limites legais impostos pelo art. 30, da Lei de Licitações, bem como, por violar o princípio da ampla competitividade dos certames e conseqüentemente, da obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.*

*Para Corrêa, a má descrição do objeto licitado constitui-se em vício material que macula todo o procedimento então realizado. “Uma descrição incorreta do objeto pode acarretar para a Administração a obtenção de resultado indesejado, restando desatendido o interesse público que teria motivado a licitação”.*

*Tem-se que é nulo o edital genérico, impreciso ou omissos em pontos essenciais, ou que faça exigências excessivas ou impertinentes ao objeto da licitação. Edital incompleto, impreciso ou omissos em pontos essenciais, permite que poucos saibam dos detalhes que serão utilizados no julgamento das propostas, o que fere os princípios basilares das licitações públicas.*

---

*Todos os doutrinadores, bem como a lei, são claros em afirmar e determinar que para a habilitação de empresas licitantes somente se faz necessário a apresentação dos documentos constantes da legislação aplicável, isto é, a Lei 8.666/93, sendo que as exigências excessivas de apresentação de documentos não devem ser válidas, sob pena de frustrar a livre concorrência, o princípio da isonomia e da legalidade."*

A empresa em questão descreve nos itens 1 e 2 do pedido de esclarecimento supra transcrito, que acolheu a resposta anteriormente descrita pela CPL, apenas sugerindo que o texto dos subitens 1.5.4 - Anexo I-A e 4.6 do edital sejam mantidos como corretos.

Comunicamos que o prazo de validade dos documentos cuja validade não esteja expressa será a eles atribuída validade máxima de sessenta dias contados da data das suas respectivas emissões, uma vez que o cadastro geral de fornecedores tem prazo de validade de sessenta dias, ou seja, o prazo a ser padronizado será o constante no item 4.6.

Informamos ainda que a comprovação da boa situação financeira da empresa, será apurado pela fórmula constante no subitem 4.3.4 do edital, uma vez que a coordenadoria contábil desta secretaria entende ser a fórmula mais eficaz para a comprovação em questão.

Quanto aos itens 3, 4, 5 e 6 a equipe técnica, representada pela servidora Selma Arruda Cordeiro se manifestou no sentido:

*"Primeiramente desejamos deixar explícito que os itens referentes à pontuação da equipe técnica não são itens de habilitação, mas sim, itens de pontuação. Sendo assim, não são itens obrigatórios.*

*Segue as respostas aos questionamentos:*

***Item 3- Referente a proposta técnica – referente a nota de preços.***

*R: As fórmulas continuarão as mesmas do edital, pois não interfere como questionado, na viabilidade técnica preço. Pois, a pontuação máxima da nota técnica chega a 58 pontos, já a nota máxima para a nota de preço chega a 100 pontos. Isto é, a nota técnica inicia 42% a menos que a nota de preço, dando o equilíbrio necessário ao critério de julgamento "técnica e preço" mesmo com os pesos diferentes.*

***Item 4- Referente a composição da Equipe Técnica.***

*R: Questionamento atendido e modificado para nova publicação do edital.*

***Item 5- Referente a comprovação de capacidade técnico-profissional.***

*R: Não faz parte de questionamento técnico.*

***Item 5.1 - Coordenação Geral.***

*R: Sobre a apresentação do CAT acompanhado de ART, continuaremos com a solicitação, pois o CAT é um documento oficial emitido pelo órgão de classe para a comprovação dos serviços já realizados pelo profissional em questão. A ART também é um documento oficial, e comprovará os serviços constantes no CAT.*

***Item 6 – Referente a qualificação da Equipe Técnica***

*a) Serviço de Coordenação Geral.*

<i>Itens – Características dos Serviços Experiência comprovada em:</i>	<i>Justificativas</i>
<i>C. Projeto Executivo de Ampliação ou Implantação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.</i>	<i>Considerando que um projeto executivo é de uma complexidade e detalhamento técnico maior que a elaboração de um projeto básico e, com isso, demanda de uma experiência maior do profissional para elaboração de tal projeto. Então, solicitamos no item em questão a comprovação de experiência em projeto executivo. Este item tem a importância por ser projetos voltados a Ampliação ou Implantação de serviços diretamente relacionados ao tema objeto da contratação.</i>
<i>E. Elaboração de Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente;</i>	<i>Considerando que com a elaboração de plano diretor municipal o profissional terá uma experiência em elaboração de plano similar ao plano objeto de contratação, porém de menor relevância em relação a experiência do item "A" (Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), esta menor relevância é mostrada pelo valor do item.</i>

*b) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I.*

<i>Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços</i>	<i>Justificativas</i>
<i>A. Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos urbanos</i>	<i>Modificado</i>

*c) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia II.*

<i>Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços</i>	<i>Justificativas</i>
<i>B. Elaboração de projeto de sistemas de drenagem urbano e rodoviário.</i>	<i>Este item se faz necessário para a elaboração do plano, pois o profissional que tem experiência em drenagem urbana ajudará nas análises das áreas de lixão, como também, nas análises de cenários futuros e alternativas locais. Este item faz parte apenas deste profissional, pois para a melhor elaboração do objeto de contratação se faz necessário profissionais com diferentes perfis e experiências, com isso as experiências profissionais foram divididas entre a equipe técnica, ficando o coordenador com os itens de maior pontuação já que o mesmo será o responsável por toda coordenação, compilação dos dados e elaboração final do plano.</i>
<i>C. Elaboração de projeto de estação de tratamento de efluentes sanitários;</i>	<i>Este item se faz necessário para a elaboração do plano, pois o profissional que tem experiência em projeto de estação de tratamento de efluentes sanitários ajudará nas análises das áreas de lixão, como também, nas análises de cenários futuros com alternativas para o tratamento do lixiviado. Este item faz parte apenas deste profissional, pois</i>

para a melhor elaboração do objeto de contratação se faz necessário profissionais com diferentes perfis e experiências, com isso as experiências profissionais foram divididas entre a equipe técnica, ficando o coordenador com os itens de maior pontuação já que o mesmo será o responsável por toda coordenação, compilação dos dados e elaboração final do plano.

d) Serviço de Especialidade Setorial – Meio Ambiente.

**Resposta:** Para a melhor elaboração do objeto de contratação se faz necessário profissionais com diferentes perfis e experiências, com isso as experiências profissionais foram divididas entre a equipe técnica, ficando o coordenador com os itens de maior pontuação já que o mesmo será o responsável por toda coordenação, compilação dos dados e elaboração final do plano.

e) Serviço de Especialidade Setorial – Comunicação e Mobilização Social.

Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Justificativas
C. Implantação de uma Cooperativa de Catadores de Material Reciclável ou Reutilizável	Este item se faz necessário pois para a pesquisa do cenário atual os profissionais terão relações interpessoais inerentes a cooperativas de catadores, a experiencia com este projeto facilitará neste contato.
E. Educação ambiental na área de gestão de resíduos sólidos.	Este item se manterá com o termo "na área de gestão de resíduos sólidos", pois o objeto é referente a resíduos sólidos.

f) Serviço de Especialidade Setorial – Analista de Sistemas .

Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Justificativas
A. Gestão de projetos	Este item se faz necessário, pois o trabalho para a elaboração do objeto é longo e um profissional com experiência em gestão de projetos poderá auxiliar o coordenador geral na organização dos trabalhos. Este item faz parte apenas deste profissional, pois para a melhor elaboração do objeto de contratação se faz necessário profissionais com diferentes perfis e experiências, com isso as experiências profissionais foram divididas entre a equipe técnica, ficando o coordenador com os itens de maior pontuação já que o mesmo será o responsável por toda coordenação, compilação dos dados e elaboração final do plano.

g) Serviço de Especialidade Setorial – Socioeconômico.

Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Justificativas
B. Implantação de processos de otimização da gestão de empresas de serviços públicos	Este item se faz necessário, pois para a pesquisa do cenário atual os profissionais terão relações interpessoais inerentes a empresas de serviços

*públicos, a experiência com este projeto facilitará  
neste contato.*

Cuiabá, de julho de 2018.

Emmanuelle Silva Santos  
Presidente da CPL em substituição  
SEMA-MT